

Notícias Sindicais, 19/09/14

Portal da CUT

Telefônica deve pagar R\$ 1 mi por terceirização ilícita

Ação comprovou que empresa utilizava prestadores de serviço para atuar na atividade-fim

Escrito por: MPT em São Paulo • Publicado em: 18/09/2014

A 65ª Vara do Trabalho de São Paulo condenou a Telefônica Brasil em R\$ 1 milhão por terceirização ilegal. A empresa, que presta serviços de telefonia fixa em São Paulo e de telefonia móvel em todo o país, foi processada pelo Ministério Público do Trabalho no estado (MPT-SP) por terceirizar serviços como instalação de linhas, aparelhos, fiação interna e equipamentos para recepção de TV por satélite, funções ligadas a sua atividade-fim.

Na ação civil pública, a procuradora do Trabalho Elisiane Santos afirma que o uso indiscriminado de terceirizados traz consequências graves para o trabalhador, para o Estado, para o movimento sindical e para a sociedade. "Na prática, o que se vê é a transferência de toda e qualquer atividade meio ou fim a empresas subcontratadas, inidôneas, muitas vezes criadas com o único intuito de fornecer mão de obra, lesando trabalhadores e prestando serviços de má qualidade à população".

Além da indenização por danos morais coletivos, a sentença estabelece, ainda, prazo de 30 dias para que a Telefônica contrate diretamente os terceirizados que exerçam funções ligadas às suas atividades finalísticas. A empresa também está proibida de celebrar novos contratos de terceirização dos serviços de instalação de linhas, aparelhos, fiação interna, equipamentos para recepção de TV por satélite, instalação de DDR, banda larga, RDSI, linhas privativas e circuitos de comunicação e dados e voz, entre outros.

A decisão também determinou o pagamento de R\$ 100 mil por obrigação descumprida, e R\$ 10 mil por trabalhador em situação irregular, valores que serão revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Cabe recurso da decisão.

Portal da CUT

Mulheres sofrem discriminação nos bancos

II Censo da Diversidade aponta que mulheres recebem 77,9% do salário médio dos homens

Escrito por: Contraf-CUT • Publicado em: 18/09/2014

As mulheres bancárias continuam sendo discriminadas nos bancos. A conclusão saltou aos olhos do Comando Nacional dos Bancários, durante a apresentação feita pela Fenaban na negociação ocorrida nesta terça-feira (16), em São Paulo, de alguns dados do II Censo da Diversidade, realizado entre 17 de março e 9 de maio. As mulheres recebem 77,9% do salário médio dos homens, apenas 1,5 ponto percentual a mais em relação ao I Censo, promovido em 2008.

Cálculo efetuado pelas técnicas do Dieese mostra que, nesse ritmo de correção das distorções, demorará 88 anos para que as mulheres passem a receber salários iguais aos homens nos bancos. E na região Sudeste, onde a diferença salarial de gênero é ainda maior, demoraria 234 anos para as mulheres atingirem a mesma remuneração dos homens.

Os dados não foram disponibilizados pela Fenaban, sob a alegação de que, mesmo passados quatro meses da realização do II Censo, são parciais, incompletos e ainda precisam ser concluídos. Do total de 458.922 trabalhadores dos 18 bancos que participaram do II Censo, responderam ao questionário 187.411 bancários, o que significa 41%, dos quais 51,7% de homens e 48,3% de mulheres.

Para Deise Recoaro, secretária de Mulheres da Contraf-CUT, essa pequena amostra já permite detectar que não houve alterações significativas nas discriminações de gênero. "Além disso, fica claro que os bancos continuam a discriminar as mulheres e nada de efetivo tem sido feito para mudar este quadro. O que é mais grave é que a Fenaban se nega a reconhecer essa desigualdade e ainda usa subterfúgios para justificar o que vem acontecendo", critica.

"Os bancos ainda tem a cara de pau de menosprezar esses dados, tentam amenizar a situação, alegando que as mulheres ganham menos que os homens porque ficam menos tempo no serviço e que estariam começando a ingressar nos bancos e fazer carreira, o que não é verdade. Sabemos que, mesmo as mulheres com mais tempo de banco, não têm oportunidades de ascensão profissional e, quando passam a ganhar mais, são as primeiras a serem demitidas", aponta Deise.

Invisibilidade das mulheres negras

Outra grande preocupação é a discriminação da mulher negra, "quase invisível nos bancos privados", segundo a diretora da Contraf-CUT. Os bancos estranhamente não apresentaram esse

dado. "Isso leva a crer que, assim como a remuneração, a discriminação por raça continua sendo uma dura realidade no sistema financeiro", ressalta.

"No censo de 2008, havia somente 8% de mulheres negras em toda a categoria, em nível nacional. Acreditamos que essa situação é praticamente a mesma em 2014. Apesar de todos os dados sobre a população brasileira apontarem para melhor escolaridade das mulheres negras, maior qualificação e capacidade de inserção no mercado de trabalho, os bancos privados continuam a barrá-las na contratação, não dando sequer a oportunidade de trabalharem no sistema financeiro", destaca.

Entretanto, os representantes da Fenaban disseram que não observam nos resultados do II Censo a confirmação de há discriminação nos bancos. Deise espera que ter conhecimento de todos os dados da pesquisa, feita em parceria com a Contraf-CUT, a fim de fazer os cruzamentos e análises possíveis para diagnosticar a realidade da categoria e, a partir disso, construir um plano de ação para acabar com todas as discriminações existentes.

Igualdade de oportunidades

"Já cobramos na mesa de negociação da Campanha Nacional dos Bancários 2014 que a Fenaban apresente medidas efetivas para transformar logo essa realidade, pois é inadmissível que em pleno século 21 as mulheres sejam tratadas nos bancos como trabalhadoras de segunda categoria", salienta Deise. "Não abrimos mão de igualdade de oportunidades na contratação, na ascensão e na remuneração", defende.

Agência Sindical, 18/09/14

Metalúrgicos da CUT e da Força ampliam pressão por aumento real

Cerca de 900 mil metalúrgicos estão em campanha salarial no Estado de São Paulo. Pela CUT (Federação-FEM), são 210 mil. Na Força Sindical, em campanha coordenada pela Federação dos Metalúrgicos, a categoria tem em torno de 700 mil.

Datas-bases, 1º de setembro e 1º de novembro, respectivamente. A meta das duas Centrais é o 11º aumento salarial real consecutivo.

Valmir Marques da Silva (Biro-Biro), presidente da FEM-CUT, participou ontem (17) do *Câmera Aberta Sindical*, na TV Aberta São Paulo. No programa, apresentado ao vivo por João Franzin, ele anunciou que a bancada patronal ofereceu reposição integral pelo INPC. "Mas é insuficiente. A categoria busca aumento real", diz Biro-Biro. Segundo Andréa Ferreira Souza, secretária da Mulher da FEM-CUT, também presente no *Câmera*, a mobilização na base está boa. "Se precisar parar, o chão de fábrica vai aderir à paralisação", ela afirma.

São Paulo - O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical, reuniu ontem mais de dois mil trabalhadores no terceiro dia de mobilização da Campanha Salarial 2014.

A manifestação foi na Zona Sul. Os trabalhadores votaram por greve caso os patrões não atendam a reivindicação de aumento real e outros benefícios. Os metalúrgicos da Força também decidiram apoiar a campanha dos companheiros da CUT, que enfrenta forte resistência patronal.

Atos - Terça (16), o Sindicato reuniu cerca de 1.100 metalúrgicos na Zona Oeste. Hoje (18), a mobilização é na Zona Leste da Capital.

Osasco - Mais de sete mil metalúrgicos participaram do mutirão de assembleias, promovido pelo Sindicato da categoria nas fábricas de Alphaville, Barueri e Cotia, com o objetivo de reforçar a campanha salarial dos metalúrgicos da Força.

Mais informações: www.fsindical.org.br; www.fem.org.br; e www.sindmetal.org.br

Portal da CTB

Avança debate da Portaria de Aferição Sindical

O secretário de Previdência, Aposentados e Pensionistas da CTB, Pascoal Carneiro, participou nesta quarta-feira (17), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Aferição, que está discutindo a portaria de aferição das centrais sindicais para o exercício de 2014. A portaria com a nova sistemática será publicada ainda neste mês. Em seguida, será editada a instrução normativa, que também está sendo discutida na Comissão.

As oito centrais sindicais presentes na reunião analisaram todos os pontos da portaria que revoga o texto editado em 2008. As alterações serão feitas a partir deste ano e, segundo Carneiro, são significativas em relação a 2013. A principal mudança está no critério de coleta de dados. A partir de agora, as centrais passam a ter um código e a distribuição dos recursos provenientes do imposto sindical será feita automaticamente para sindicatos, confederações e federações.

Até o ano passado, o protocolo das entidades que tiveram eleição sindical ou que tiveram novo registro deveria ser feito até 31 de dezembro, e a documentação entregue até fevereiro. Neste ano, algumas das alterações já estão sendo implementadas. Assim que um sindicato informa

mudanças ocorridas, as Superintendências Regionais do Trabalho coletam os dados no CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais).

A Comissão de Aferição, a partir das informações registradas, somente verificará as distorções. "Vamos ter acesso a todo o cadastro, mas só vamos analisar aqueles registros com suspeitas", ressaltou Pascoal Carneiro. Além disso, as reuniões da Comissão serão trimestrais, com a participação de todas as centrais sindicais, mesmo aquelas que não atingirem o percentual de 7%. "A CTB considera que a Comissão não deve ter poder deliberativo, cabendo a decisão ao ministro do Trabalho. As centrais somente devem opinar no processo", destacou o secretário.

A CTB faz um alerta a todos os sindicatos filiados. O MTE informou que existem 5.600 sindicatos com problemas no cadastro. "Todos esses sindicatos podem perder o código sindical e também a sua condição de órgão que deposita convenção coletiva de trabalho no sistema mediador", alertou o secretário. É importante que todos os sindicatos providenciem a documentação e protocolem no MTE até dezembro. Aqueles sindicatos filiados que tiverem qualquer dificuldade devem entrar em contato com a Secretaria Geral da CTB. "É fundamental não ter erro pra gente não correr risco", informou Pascoal Carneiro.

Por Ludmila Machado, correspondente em Brasília do Portal CTB

Portal da CTB

PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, indicando que a população do país foi estimada em 201,5 milhões de pessoas, sendo 51,5% de mulheres, 46,1% de brancos e 37,6% de pessoas de 40 anos ou mais de idade.

A população desocupada cresceu 7,2% em relação a 2012, e a ocupada cresceu 0,6%. A taxa de desocupação se elevou de 6,1% para 6,5% em 2013 (foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a 2013). O trabalho com carteira assinada, no entanto, continuou a crescer, subindo 3,6% em relação a 2012 e abrangendo 76,1% dos empregados do setor privado. O trabalho das crianças e adolescentes recuou 12,3% em relação a 2012, o equivalente a menos 438 mil crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos no mercado de trabalho.

O país registrou aumento real de 2012 para 2013 no rendimento mensal domiciliar (de R\$ 2.867 para R\$ 2.983), de todos os trabalhos (de R\$ 1.590 para R\$ 1.681) e de todas as fontes (de R\$ 1.516 para R\$ 1.594). As medidas de distribuição de renda (índices de Gini) ficaram praticamente estáveis em todas as comparações com o ano anterior, mas melhoraram em relação a 2004. Todas as categorias de emprego obtiveram ganhos reais de rendimento do trabalho principal em 2013, sendo o mais expressivo entre trabalhadores sem carteira (10,2%).

O número de domicílios particulares permanentes no país foi estimado em 65,1 milhões em 2013, 85,3% deles com rede de água, 64,3% com rede de esgoto, 89,8% com coleta de lixo, 99,6% com iluminação elétrica e 92,7% com telefone. O percentual de domicílios que tinham computador com acesso à Internet aumentou para 43,1%. Cerca de 86,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet no período de referência dos últimos três meses em 2013, 50,1% do total nessa faixa etária.

A pesquisa traz também uma série de resultados harmonizados, de 2001 a 2013 (que exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), na qual é possível constatar redução nas taxas de analfabetismo (de 12,4% em 2001 e para 8,2% em 2013) e de desocupação (de 9,4% para 6,6%), além de aumento no percentual de empregados com carteira de trabalho assinada (de 55,3% para 65,2%) e no rendimento mensal real de trabalho (de R\$ 1.300 para R\$ 1.681) e de todas as fontes (de R\$ 1.315 para R\$ 1.594).

A PNAD é realizada pelo IBGE desde 1967 e apresenta informações sobre população, migração, educação, trabalho, rendimento e domicílios para Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas. Os resultados de 2001 a 2012 (reponderados com base na última projeção de população) e os de 2013 estão disponíveis no endereço www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013.

Fonte: IBGE

Portal da CTB

Trabalhadores dos Correios entram em greve no Rio de Janeiro

Assembleia dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios no Rio de Janeiro decidiu decretar greve por tempo indeterminado. A plenária ficou totalmente dividida e a mesa da assembleia decidiu em nome da unidade da categoria entrar em greve a partir das 22h.

A votação entre assinar o acordo e entrar em greve foi feita duas vezes para não restar dúvidas sobre o resultado. Para o diretor do Sintect-RJ (Sindicato dos Trabalhadores na Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro), Marcos Sant'Aguida, a direção defendeu a assinatura do acordo, representando grandes avanços para a categoria.

A mobilização da categoria foi o ponto forte no encontro. Mais de 2.500 ecetistas estiveram presentes com caravanas de todas as regiões do estado. Segundo Sebastião Brasil, diretor do Sintect-RJ, a categoria se posicionou dentro do espírito democrático que esta gestão do sindicato sempre obteve, agora vamos cumprir o que foi decidido na assembleia. "Agora, é preciso unificar a categoria e fazer o movimento se tornar mais forte," destacou o dirigente.

Reunida nesta manhã, a categoria manteve a greve. Nova assembleia foi marcada para a sexta (19), às 18h30 na Praça de Guerra, centro da capital fluminense.

Mais informações pelo site do Sintect-RJ (www.sintectrj.org.br)

Fonte: Sintect-RJ

Agência Brasil, 18/09/14

Correios e Fentect avançam nas negociações, mas greve ainda não está descartada

Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

Dos 30 sindicatos ligados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), 17 já aceitaram a proposta apresentada pela estatal. Três sindicatos optaram pela greve e 10 ainda não realizaram assembleias. Como o regimento da Fentect define em dois terços o quórum mínimo para que um acordo possa ser assinado, se nas assembleias previstas para o próximo dia 23, três dos dez sindicatos restantes aprovarem a proposta, fica afastada a possibilidade de uma greve dos Correios em 2014.

De acordo com o diretor da Fentect, James Magalhães, as negociações têm sido mais fáceis que as do ano passado. "Acho que o quadro eleitoral tem facilitado mas, verdade seja dita, os últimos quatro anos foram os que trouxeram mais avanços para os trabalhadores da empresa", disse Magalhães à *Agência Brasil*. No entanto, acrescenta ele, "apesar de termos conseguido avanços nas cláusulas sociais, há ainda, na maioria dos trabalhadores, insatisfação com as cláusulas financeiras".

Apresentadas pela estatal no dia 16 de setembro, as propostas dos Correios preveem reajuste salarial de 6,5%, a ser pago como gratificação de incentivo à produtividade. Nos casos em que o valor do reajuste anual for menor que R\$ 200, será aplicado este valor fixo. Esses valores serão incorporados de forma linear ao salário. Está previsto também um reajuste de 6,5% no vale-alimentação, mais acréscimo de três vales por mês.

Outros benefícios propostos incluem: um vale cesta extra a ser entregue no final do ano (R\$ 813); pagamento do vale-refeição/alimentação a empregados vítimas de acidente de trabalho e vale-cultura retroativo a janeiro de 2014. Caso as propostas sejam aprovadas nas próximas assembleias sindicais, os valores retroativos serão inseridos já na folha de pagamento de setembro.

Magalhães evitou manifestar qualquer expectativa em relação às assembleias dos dez sindicatos restantes. "Basta que três deles aprovem a proposta para que a greve seja evitada. Mas não dá para antecipar nada quanto a isso porque respeitamos a autonomia dos sindicatos de trabalhadores que optaram pela greve. Da nossa parte, esperamos que eles nos ajudem a conseguir mais avanços nas cláusulas financeiras", acrescentou o representante sindical.

Agência Brasil, 18/09/14

Pnad: trabalho infantil caiu 12,35% em 2013

Flavia Villela - Repórter da Agência Brasil Edição: Beto Coura

O Brasil registrou queda de 12,3% no número de trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade entre 2012 e 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Restam 3,1 milhões de trabalhadores nesta faixa etária, após a saída de 438 mil crianças e adolescentes dessa condição. A maioria das crianças e dos adolescentes era do sexo masculino.

Para coordenadora do estudo, Maria Lucia Vieira, os jovens estão deixando de trabalhar para estudar. "Podemos associar a queda à questão da escolaridade, da manutenção das pessoas na escola," disse ela ao informar que em termos percentuais, a maior queda ocorreu entre pessoas de 5 a 9 anos de idade, faixa da qual 24 mil crianças deixaram de trabalhar. A maior queda de contingente, contudo, ocorreu no grupo de 14 a 17 anos, cerca de 362 mil pessoas, sendo 225 mil delas nas regiões Nordeste e Sudeste.

Os adolescentes de 14 a 17 anos de idade eram maioria (2,6 milhões) dos empregados menores. Cerca de 486 mil crianças de 5 a 13 anos estavam em situação de trabalho infantil, 15,5% dos ocupados de 5 a 17 anos de idade. Deste total, 58 mil tinham de 5 a 9 anos de idade, e 428 mil de 10 a 13 anos de idade.

A maioria dos casos de trabalho infantil foi encontrada nas regiões Norte e Nordeste, onde chegavam a 24,9% e 21,4% da força de trabalho. O Norte foi a região em que houve maior saída de crianças e adolescentes (de 9,6% para 8,2%), acompanhado do Sul (de 10,4% para 9,1%).

O índice da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade no Brasil foi 7,4% em 2013, ante 8,4% em 2012. Ainda segundo a Pnad, o rendimento mensal domiciliar per capita real dos trabalhadores de 5 a 17 anos de idade foi estimado em R\$ 557,00. A média de horas trabalhadas era 27,1 horas por semana. A população ocupada de 5 a 13 anos de idade estava concentrada na atividade agrícola (63,8%).

Portal da CTB

Sabesp alerta que água pode acabar no dia 27 de outubro

A situação que os especialistas previam foi confirmada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que divulgou uma nova data de previsão para que se esgote os recursos do "volume morto": dia 27 de outubro.

Coincidentemente, a água deve acabar, segundo a Sabesp, um dia após a votação do segundo turno.

A informação foi confirmada pelo comitê anticrise que monitora a Cantareira e contraria a previsão anterior da Sabesp, de que os recursos abasteceriam o estado até o final de novembro.

A conta feita pela Sabesp é de que os 21,2 mil litros de água extraídos por segundo, em média, do Cantareira, aliado a um reabastecimento dos reservatórios de apenas 50% da mínima histórica, determinarão o fim do fornecimento de água no dia 27 de outubro.

A Sabesp considera um reabastecimento de 50% da mínima histórica, em média, porém, neste mês, a vazão foi de apenas 39%, o pior índice para o mesmo período desde 2000. Dessa forma, o déficit de água foi ampliado em 43,3 bilhões de litros.

Denúncias antigas

Não é de hoje que entidades denunciam a irresponsabilidade do governo estadual, que não tem tomado medidas para reverter o cenário. "O governo paulista não tomou as providências necessárias para conter os efeitos da estiagem e agora busca paliativos para escamotear o problema".

Essa é a opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema), Renê Vicente, para quem "a irresponsabilidade do governo do Estado é a principal causa da situação".

"É necessário investir em novas tecnologias e no quadro de funcionários. Atualmente, a Sabesp conta com 15 mil trabalhadores concursados e 9 mil terceirizados e até quarteirizados. Isso afeta diretamente o problema da qualificação e da perda física [desperdício]", alerta Vicente.

Dentro desse cenário de dúvidas não faltam acusações. O governo estadual culpa a população e o clima, ou seja, São Pedro.

Já os especialistas culpam o governo estadual e a política privatista do PSDB. Para eles, a raiz do problema está na forma de gestão da empresa, que deixou de investir em novos mananciais para repartir o lucro entre os acionistas.

O que se sabe é que, em ano eleitoral, a palavra "acionamento" virou tabu para o governador Alckmin. Mas para os moradores da periferia o rodízio de água já faz parte do dia a dia.

Alguns municípios já estão adotando o sistema. Os moradores do Grajaú, no extremo da zona sul, enfrentam essa situação. Na região pelo menos seis bairros convivem com essa rotina: Três Corações, Jardim Varginha, Sítio Arizona, Vila Rocha, Marsilac e Ilha do Bororé.

São bairros e ocupações formados em regiões altas - até 340 metros acima do nível das Represas Billings e do Guarapiranga -, onde as adutoras da Sabesp não têm pressão para manter abastecimento regular.

Na região do M'Boi Mirim, o Sítio Arizona, bairro mais alto ainda, tem falha de abastecimento para as 2.540 famílias carentes da localidade, apesar de estar cercada pelas represas. "Aqui tem água para todo lado, só dentro de casa que não", afirma Rubineia Oliveira, de 54 anos, que vai às margens da Represa Billings para lavar as roupas. "Lavar roupa em casa é uma vez por semana. A louça eu deixo acumular por três dias".

Portal CTB com agências

Portal do MST

Quartiero, o ruralista que passa por cima de todos os que ameaçam seus interesses

Da Página do MST

O deputado Paulo César Quartiero, candidato pelo DEM de Roraima, é mais um que integra a nossa lista da bancada ruralista.

Dono de uma extensa ficha policial, Quartiero é membro da Frente Parlamentar da Agropecuária e co-autor do PLP 227/2012 (que pretende criar uma lei complementar ao artigo 231 apontando as exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, em caso de relevante interesse público da União).

Isso além de ter votado contra a PEC do Trabalho Escravo (438/2001) e a favor das alterações no Código Florestal (Lei 12.651/2012).

O deputado ficou conhecido nacionalmente durante o processo de desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, como um dos arroteiros que questionavam a demarcação contínua da área. Na época, chegou a ser preso.

Quartiero é também apontado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como responsável pela grilagem de terras na Ilha do Marajó, onde afirma possuir 12 mil hectares de terra.

O Ministério Público Federal também acusa o deputado de coordenar uma invasão à missão religiosa do Surumu, em Roraima, em janeiro de 2004. O MPF afirma que várias pessoas teriam invadido o local, destruído bens e sequestrado três padres.

Meses depois, Quartiero também foi acusado de participar de um grupo que invadiu e depredou a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Boa Vista.

Somando todas as acusações, Quartiero é réu em ações penais por sequestro e cárcere privado e por crime contra a liberdade pessoal e formação de quadrilha.

É também citado em inquéritos de crimes contra o patrimônio, crimes contra a segurança nacional, crimes contra a administração em geral, desobediência e desacato, crimes de responsabilidade, sonegação de contribuição previdenciária, crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético.

O deputado é alvo de ação de execução fiscal movida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e foi responsabilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por irregularidades em prestação de contas de convênio e condenado a pagar multa e dívida. Entrou com recursos, mas a decisão foi mantida.

Com um patrimônio avaliando em R\$ 8.010.010,00, Quartiero foi eleito em 2010 com um total de R\$ 154.850,00, sendo R\$ 18.000,00 em autodoações. Entre seus principais financiadores consta a empresa do ramo alimentício Camil.

Em 2013 foi considerado o deputado campeão de gastos de verba na Câmara. Foram R\$ 775 380,71 reais com passagens aéreas, combustível, telefone e contratação de consultorias.

Portal do MST

Camponeses conquistam fazenda onde Margarida Alves foi assassinada

*Da Página do MST**

Trinta e um anos de luta foram necessários para que a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande, na Paraíba, fosse desapropriada e destinada à Reforma Agrária.

Trata-se de uma das mais emblemáticas áreas para a Reforma Agrária no Brasil, já que foi nela que a líder camponesa Margarida Maria Alves, que se destacou na luta por melhores condições de trabalho para os trabalhadores, foi assassinada em 12 de agosto de 1983.

A desapropriação das terras da Usina Tanques se tornou, desde a época de Margarida Maria Alves, uma das maiores bandeiras de lutas dos trabalhadores que defendem a democratização de acesso à terra no Brasil.

O assentamento terá cerca 860 hectares e capacidade para assentar 60 famílias camponesas, muitas delas, antigos posseiros que moram nas terras há muitos anos.

História

As fazendas, na década de 1970, eram usadas para a produção de cana-de-açúcar destinada à Usina Tanques, hoje em ruínas, instalada dentro da área. A líder camponesa Margarida Maria Alves foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, na porta da sua casa em Alagoa Grande.

Margarida foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.

Após sua morte, tornou-se um símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam: a Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que reúne, em Brasília, milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia de aniversário de sua morte.

A área tem potencial para produzir batata-doce, banana, mandioca e cana-de-açúcar. Para Carlos Guedes o assentamento será um polo de produção de alimentos vai atender programas como o da merenda escolar, e dessa forma orgulhar a memória de Margarida Alves e de Maria da Penha.

Portal da CTB

3 de outubro: mobilização mundial contra desemprego

Centrais e organizações classistas associadas à Federação Sindical Mundial (FSM) realizam tradicionalmente no dia 3 de outubro, data em que a entidade foi fundada em 1945, uma mobilização internacional em defesa da classe trabalhadora, que está arcando com o pesado ônus da crise do capitalismo iniciada em 2007 e que já se revelou uma das mais longas e graves da história. Desta vez, o foco das manifestações é o combate ao desemprego, que cresceu consideravelmente ao longo dos últimos anos e atinge hoje no mundo mais de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, graças às políticas sociais dos governos Lula e Dilma, a taxa de desemprego foi reduzida à metade e se encontra agora num dos seus mais baixos níveis históricos. Mas em muitos outros países, e especialmente na Europa, o problema se agravou. O percentual de desocupados na zona do euro deve atingir este ano 12,3% da população economicamente ativa, bem acima da média verificada antes de 2007, de 7,8%.

Em alguns países, como Grécia e Espanha, o quadro é mais dramático: a taxa de desemprego é superior a 25% e mais da metade dos jovens, os mais atingidos pelo fenômeno, está condenada à ociosidade involuntária. Assim, o desemprego se transformou num verdadeiro flagelo para a classe trabalhadora pois, como já dizia Gonzaguinha, "sem o seu trabalho, o homem não tem honra", nem salário, nem meios de vida.

O desemprego é um mal inerente ao modo de produção capitalista. Cresce na medida em que avança a produtividade de trabalho e também se torna um problemão nos períodos de crise, estagnação ou recessão econômica, como o que o mundo em geral vive hoje. Do mesmo modo, as políticas neoliberais de ajuste fiscal, cortes nos gastos públicos e demissões de trabalhadores do setor evidentemente agravam o quadro.

Ao mobilizar a classe trabalhadora para a luta contra o desemprego, é indispensável denunciar o capitalismo e ressaltar que uma solução final para o problema passa pela derrocada do capitalismo e construção de um novo sistema social, o socialismo. No momento é preciso combater as políticas neoliberais e propor também soluções emergenciais, com base na reversão dos ajustes fiscais e ampliação dos investimentos públicos, para atenuar os efeitos deste flagelo sobre os trabalhadores, as trabalhadoras e suas famílias.

A CTB conclama sua militância e a classe trabalhadora a participar dos atos que serão realizados no Brasil para marcar o Dia Internacional de Luta contra o Desemprego convocado pela FSM.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Organizado por Ernesto Germano